

ATA N.º 03/2014

----- Ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 08 de maio de 2014. -----

----- Aos 08 dias do mês de maio de 2014, pelas 21,15 horas, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município a Assembleia Municipal em sessão Extraordinária Pública, convocada através do ofício nº. 40/MG e publicitada através do Edital datado de 2 de maio de 2014, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- PONTO ÚNICO – Opção de venda da participação do Município de Cantanhede no Capital Social da ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, SA, no âmbito do Processo de Privatização da EGF;-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Enf.º José Maria Maia Gomes, conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado as faltas do Presidente da Junta de Freguesia de Cordinhã, Sr. Abílio dos Santos Cadima por motivos pessoais e do Presidente da Junta de Freguesia de Sanguinheira, Sr. Euclides Manuel dos Santos Vinagreiro, por motivos profissionais, conforme documentos apresentados.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.

----- Passou-se de seguida à apreciação do assunto constante do Edital antes referido.-----

----- **Ponto Único – «Opção de venda da participação do Município de Cantanhede no Capital Social da ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, SA, no âmbito do Processo de Privatização da EGF»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Enf.º José Maria Maia Gomes deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual, em primeiro lugar, justificou a realização da sessão extraordinária, pelo facto da documentação não ter

chegado em tempo útil para poder ser agendada para última a Assembleia Municipal por um lado, e por outro, pelo facto do Município ter de responder até ao dia 14 de maio sobre a matéria em causa. De seguida, informou que foram solicitadas opiniões aos serviços, nomeadamente à parte jurídica, sendo certo que, qualquer decisão que fosse tomada sobre o assunto, tinha que ser, também tomada pela Assembleia Municipal. Referiu também tratar-se de um assunto que tem vindo a ser discutido já há algum tempo, tendo sido iniciado pelo Governo anterior e que tem a ver com a questão da privatização dos resíduos, nomeadamente, da Empresa Geral de Fomento. Acrescentou que, o atual Governo produziu alguma legislação e iniciou o processo de privatização da Empresa Geral de Fomento através da Parpública, que representa as participações públicas do Estado Português. Simultaneamente, é feita uma consulta pública, a todos os Municípios portugueses que fazem parte dos diversos sistemas multimunicipais e que fazem parte da estrutura societária, perguntado se querem acompanhar a Parpública na opção de venda da participação do capital social, neste caso da ERSUC, sistema a que pertence o Município de Cantanhede. Acrescentou que, a posição da Câmara, tomada por unanimidade, está expressa na informação que foi aprovada em reunião Camarária, a qual foi facultada a todos os membros da Assembleia Municipal e que vai no sentido do Município se manter dentro do sistema, fazendo parte da estrutura societária, embora com uma quota que não chega aos 2%, implicando que possa, de alguma forma, poder defender aquilo que são os seus direitos enquanto acionista, mas também defender os interesses do Concelho e dos seus munícipes. Considerou ainda que o Governo Português preparou toda a legislação no sentido de blindar esta situação, pois, ao alinear a maioria do capital, impossibilitou os Municípios de poderem ter a maioria do Capital. Acrescentou que, na prática, se um privado se substitui ao Estado, a

situação dos Municípios não muda, pois nunca tiveram capacidade de decisão, concretamente em relação à fixação dos valores da tarifa, o que é uma grande preocupação, pois a mesma é refletida nos consumidores finais. Esclareceu de seguida, que aquela tarifa, é proposta pelo Conselho de Administração da ERSUC à sua Assembleia, que depois remete para o Ministro do Ambiente que homologa, concorda ou não, sendo ele próprio a fixar o tarifário para o sistema. No futuro, através da legislação que está a ser produzida, será a entidade reguladora, a ERSAR, que analisará a proposta da ERSUC e que pode não concordar, devolvendo imediatamente com uma nova proposta e podendo, inclusivamente, fixar diretamente aquele preço. Vendo o assunto de outro prisma, espera-se que estas entidades tenham sempre equilíbrio e ponderação para puder defender e acautelar os interesses dos investidores mas também para acautelar os interesses dos cidadãos.-----

----- Tomou, de seguida a palavra o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes, solicitou esclarecimentos sobre o ponto da ordem de trabalhos, se o mesmo é para discutir e aprovar ou se é para conhecimento.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes que informou que o se pretende é que a Assembleia Municipal tome uma posição sobre o assunto. Se o Município de Cantanhede deve exercer ou não exercer a opção de venda da participação que detém no capital social da ERSUC, isto é, se a Assembleia aprova ou não aprova aquela opção de venda.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Prof. Abel Carapeto, o qual informou que a bancada do Partido Socialista é totalmente contra a privatização da EGF e referiu que, o Governo, tanto neste como em outros processos, não tem respeitado, nem os cidadãos, nem as autarquias, porque o processo está a ser mal conduzido do ponto

de vista democrático, uma vez que não houve interesse em ouvir os cidadãos e as autarquias sobre a questão, se são ou não a favor da privatização da EGF. De seguida questionou sobre a posição da Câmara Municipal relativamente a privatização da EGF.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Dr. Carlos Pessoa, o qual, após cumprimentar todos os presentes, afirmou que, também a bancada do PSD é contra a privatização da Empresa Geral de Fomento, S.A.. Informou, de seguida que, é um caminho imposto pelo Governo, sendo que, na Europa, muitas destas situações já são privatizadas, tendo mesmo, em alguns países algumas situações dado muitos problemas nesta matéria.-----

----- Interveio ainda o Sr. Eng.º Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes, congratulou-se com a posição da Câmara, uma vez que considera importante a responsabilidade social do tratamento de resíduos sólidos urbanos bem como a sustentabilidade do meio ambiente. Informou ainda, concordar com as tomadas de posições, das duas bancadas, embora considere de facto, que as privatizações são perigosas, podendo diminuir a qualidade dos serviços prestados. De seguida, chamou a atenção para o facto da recolha e do tratamento de resíduos sólidos urbanos, não ser uma atividade muito rentável e que algumas vezes até dá prejuízo, compreendendo, de alguma forma que se pretenda privatizar de forma a racionalizar e criar algumas sinergias. -----

----- Falou também o Sr. Eng.º Carlos Cosme, o qual após cumprimentar todos os presentes, retorquiu que, na sua opinião a recolha de resíduos sólidos urbanos já é uma atividade lucrativa, mas que, com a privatização, provavelmente os Municípios vão pagar mais, obrigando os Municípios a subir as suas taxas.-----

----- Interveio o Sr. João Paulo Vagos, o qual, após cumprimentar todos os presentes, concluiu que se o Governo deliberou que a privatização vai acontecer, 51% vão passar para o privado. Por esse facto e caso a ERSUC fique a ser regulada por um privado, questionou, sobre as consequências sobre os contratos existentes com a INOVA, o tipo de serviços prestado e, o número de funcionários que estão adstritos àquele serviço.-----

----- Também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, questionou sobre a existência de legislação sobre a privatização daquela empresa e recordando algumas situações desagradáveis que têm acontecido em outros municípios tais como, lixo a abarrotar às portas dos munícipes, também questionou se o legislador previu algum mecanismo de combate àquelas situações.-

----- Retomou a palavra, em direito de resposta, o Sr. Presidente da Câmara, o qual passou a explicar várias situações: - Está em causa a privatização de um sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos em alta, isto é, em aterro e que a ERSUC apenas faz recolha, no concelho de Cantanhede, nos ECOPONTOS; - A INOVA, continuará a ser uma empresa Municipal, cumprindo com o seu serviço de qualidade, nada tendo a ver com o que se está a passar ao nível da privatização da ERSUC; - A ERSUC gere um aterro e faz um contrato com a INOVA para os ECOPONTOS que são distribuídos e as recolhas que fazem, não afetando, de alguma forma, o sistema do lixo e da limpeza no concelho de Cantanhede; - Existem Câmaras Municipais que fazem elas próprias a recolha do lixo, depositam-no em aterro, objeto do contrato com a ERSUC. Assim, esclareceu que, uma coisa é uma posição de fundo que tem a ver com a privatização, pela qual são todos contra e outra coisa é como se passam as coisas na realidade; - Numa situação de emergência o serviço continua a ser feito pela INOVA, que é quem o faz no

Concelho e que não vai ser privatizada; - O que está em causa é tão simplesmente o local onde é feita a deposição dos resíduos sólidos urbanos e qual é a entidade que vai ser a detentora, no futuro, desses aterros; - Relativamente ao preço da tonelada pago pela INOVA pelo depósito dos resíduos sólidos urbanos no aterro, não é a Empresa Municipal que o define, mas reflete-se nas taxas cobradas ao Município; - Recordou que, há 8 anos, numa das primeiras Assembleias Gerais a que assistiu da ERSUC, houve necessidade de procurar outro aterro porque o aterro existente já tinha a sua capacidade esgotada. Nessa altura, o aterro foi para Coimbra e esteve em discussão o sistema de tratamento do lixo a adotar, tendo-se escolhido o melhor sistema da época, em termos qualitativos e em termos ambientais, ou seja o sistema mecânico biológico. Informou que, do ponto de vista da qualidade do tratamento do lixo ambiental é o melhor sistema mas também é o sistema mais caro, tendo havido, há 8 anos atrás, um estudo económico-financeiro que previa que os Municípios tivessem que pagar 50 euros por tonelada, sendo que hoje em dia, após várias negociações, pagam 21,00 € ou 22,00 € por tonelada. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto afirmando que, se as duas bancadas estão contra, a Assembleia deveria tomar uma posição clara relativamente àquela questão. Acrescentou que, ao responder à questão da venda, no fundo está-se a compactuar e a concordar com aquele processo, sendo certo que existem meios e formas judiciais para impedir que o mesmo avance. Assim, considerando que, não vão ser coniventes com aquele processo, uma vez que é lesivo para os cidadãos a diversos níveis, nomeadamente, do ponto de vista económico, não se percebe porque é que o Governo está a privatizar uma empresa que é altamente rentável. Considerou ainda que, ao aceitar aquela privatização, a Assembleia está a compactuar com uma decisão que traz prejuízos claros para os cidadãos, pois

nada garante que as taxas não aumentem no futuro. Por outro lado, em termos ambientais, nada garante que a qualidade dos serviços seja assegurada e com uma questão até de saúde pública, porque daqui para a frente nós não sabemos que serviços vão ser prestados pela entidade que vier a controlar aquela empresa. Concluiu referindo que a Assembleia deveria tomar uma posição, quer através de uma moção, quer através dos meios judiciais para tentar impedir aquele processo.---

----- Interveio o Sr. Dr. Luis Pato, o qual após cumprimentar todos os presentes, declarou ficar feliz por ver que, tanto o órgão deliberativo como o órgão executivo estão de acordo sobre este assunto. De seguida, questionou se a Câmara irá tomar alguma providência, no sentido de informar os cidadãos desta situação e de que forma, serão afetados pela mesma.-----

----- Falou também o Sr. Eng.º Carlos Cosme, confirmando, também ele que, com esta nova legislação, não é possível aos Municípios unirem-se para poder obter a maioria pelo que o Município de Cantanhede continuará apenas com os seus 2%, uma percentagem muito pequena comparada com o todo da ERSUC.-----

----- Foi ainda dada a palavra ao Sr. Manuel Augusto dos Santos, o qual, após cumprimentar os presentes, congratulou-se pelo facto de existir união na Assembleia quando os interesses do Concelho estão acima de tudo. De seguida questionou se, dos 36 municípios associados, quantos acompanham a decisão tomada pela Câmara de Cantanhede.-----

----- Foi, de novo, dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual afirmou não saber quantos Municípios tomarão a mesma decisão da do Município de Cantanhede, nem lhe interessa saber. Interessa-lhe sim, a posição do Município de Cantanhede, que detém 1,67% de peso na ERSUC. Referiu também que, aquela entidade privada pode querer aumentar o seu capital, tal como fez a

ERSUC à 10 ou 11 anos, aumentando o seu capital para o dobro, o que teve como consequência o aumento das ações do Município de 5,00 € para o dobro, sem ter necessidade de injetar capital para esse aumento. Do ponto de vista financeiro, se o Município decidisse alienar aquelas ações, fazia um encaixe financeiro muito bom. Como é dada a possibilidade, a todo o momento, do Município poder ou não alienar, afirmou também não saber, se amanhã, o Município decidisse alinear, uma vez garantido a qualidade do sistema, se essas ações valerão mais ou menos, pelo que se deve ponderar, de um modo distante, os prós e os contras. Relembrou que se está a discutir a privatização dos resíduos sólidos urbanos, diferente do que poderá ser, no futuro, a privatização ou a concessão das águas, sendo que a água é do domínio publico. Nesse sentido, recordou que a água do Município de Cantanhede, dos Olhos da Fervença não pertence ao Município de Cantanhede mas sim ao Estado, ao qual paga pela concessão. De seguida referiu que, na maioria dos países da Europa Comunitária, os resíduos sólidos urbanos estão privatizados e que o pretendido pelo Município de Cantanhede é que haja garantia na prestação de serviço, aliado a um preço que seja razoável para as famílias portuguesas poderem pagar e a qualidade poder aumentar. Informou ainda que, na reunião camarária onde foi deliberada a não opção de venda, o Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, afirmou que o serviço prestado pela ERSUC ao Município de Cantanhede era um mau serviço, porque há mais de 4 ou 5 anos que nas reuniões com o Conselho da Administração da ERSUC se tem exigido mais ecopontos, porque se faz uma boa triagem do lixo, bem como campanhas de sensibilização. Referiu ainda que, em termos percentuais do lixo que é triado nos ecopontos e vai para aterro, o Município de Cantanhede está em dobro relativamente aos outros Municípios, o que denota a qualidade do trabalho prestado

pela INOVA. Esclareceu ainda que foram solicitados mais ecopontos, mas a ERSUC recusou porque teria que fazer mais investimento e então o Município teve que fazer uma candidatura comunitária para arranjar mais ecopontos. Por outro lado, explicou também que, o facto de existirem mais ecopontos, não faz com que a ERSUC faça mais recolhas, o que provoca, em certas alturas do ano, tais como nas férias de verão, a acumulação daqueles resíduos. De seguida referiu que, o Município de Cantanhede, nunca teve peso perante os seus colegas, associados na ERSUC, que são mais de 35, para inverter esta situação. Afirmou ainda, especular-se que a arrecadação da receita pela privatização deste serviço possa eventualmente pagar a dívida, de mais de quatrocentos milhões, que os Municípios têm às Águas de Portugal, pois a EGF tem também a ADP, empresa que gere o setor das águas e as participações do Estado. Informou ainda que o Município de Cantanhede tem as suas contas ao dia perante a ERSUC, mas que existem outros Municípios que até se recusam a pagar a joia, existindo mesmo um Município vizinho de Cantanhede que tem uma dívida de um 1.300.000,00 € à ERSUC e está com um plano de pagamentos que nunca pagou. -----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Dr. Carlos Pessoa, o qual, em nome da bancada do PSD, saudou a posição corajosa do Município de Cantanhede, no sentido de não alienar a sua posição na ERSUC. Considerou ainda que, relativamente ao preço, o mesmo é imposto à INOVA, que depois faz a gestão do mesmo. Acredita que a ERSUC tem uma importância capital, mas que o Município e a INOVA fazem um bom trabalho, pois há muitos ecopontos, o que, aliado à cidadania das pessoas de Cantanhede, é sinónimo de uma cidade limpa, onde as pessoas fazem a triagem do lixo e preocupam-se com isso, o que é de aplaudir. -----

----- Voltou a intervir o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, partilhando com a Assembleia que, o centro de recolha de lixo que a INOVA tem ao lado da antiga ETAR e que permite às empresas e aos particulares poderem lá ir descarregar todo um conjunto de lixo, em última análise não é completamente legal. Esclareceu ainda que, perante a ERSUC, o que aquele posto faz é uma recolha provisória dos lixos que depois serão encaminhados para aquela empresa. Informou ainda que, se a INOVA recolher vidro, está proibida de o vender a uma empresa de recolha, tratamento e reciclagem, devendo, obrigatoriamente entrega-lo em Coimbra, na ERSUC, que depois faz o encaminhamento e encaixa a correspondente receita. Afirmou ser esta a atitude da Empresa Municipal, neste serviço prestado aos Municípios, através da consciencialização das pessoas, das campanhas de sensibilização, da possibilidade de se disponibilizar mais ecopontos, para que as pessoas estejam mais próximas e mais motivadas com as questões ambientais. Lembrou a pequena campanha que foi feita e que permitiu aos Municípios receber um mini ecoponto em casa e que teve por objetivo as pessoas estarem mais atentas e conscientes das questões ambientais.-----

----- Voltou a falar o Sr. Pof. Abel Cacapêto, dizendo que não se podem deixar dar-se por vencidos nesta causa, porque estão em causa questões fundamentais para a saúde. Admitiu ainda que, a Câmara de facto tem pouco peso e pouca palavra em relação àquela questão, mas considera que, o conjunto dos Municípios que fazem parte da Região de Coimbra, devem ter uma palavra. De seguida, informou ter conhecimento de que há outras Câmaras que estão contra este processo, e que vão inclusive, interpor providências cautelares para tentar impedir este processo. Pelo exposto, considera que, se a Câmara de facto está verdadeiramente contra este

processo, o que tem de fazer é junto dos seus serviços jurídicos, atuar no sentido de impedir que aquele processo avance.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, afirmando que sabe, e muito bem, quais são os Municípios que estão dentro da ERSUC e as posições que tomaram, pois falou com todos eles. De seguida, acrescentou que, é na CIM da Região de Coimbra, que estas questões são abordadas e que a Associação Nacional de Municípios já tomou posição sobre o assunto. Informou também saber qual é a posição da Câmara da Figueira da Foz, cujo Presidente da Câmara é o Presidente da CIM, pois estes assuntos têm sido discutidos e vão continuar a ser discutidos no âmbito do concelho diretivo, existindo pareceres jurídicos da própria Associação Nacional de Municípios. Considerou que nada mais se pode fazer, porque há órgãos de representação que estão a fazer esse trabalho, embora reconheça que não vai ser muito fácil, pois vai ser muito difícil lutar contra uma situação que decorre de uma imposição que vem do Estado Central e que produz legislação naquele sentido. Todos têm consciência, a começar pelo Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, da dificuldade em tratar estes assuntos, não obstante serem detentores de pareceres jurídicos para lutar até às últimas consequências.-----

----- Falou ainda o Sr. Eng.º Rogério Marques, abordando o serviço e a qualidade da recolha dos resíduos sólidos urbanos em Cantanhede e considerando que o Município deveria ter ecopontos. Afirmou compreender que muitas pessoas que estejam sensibilizadas para fazer a recolha seletiva e já a fazem, não se querem deslocar centenas de metros para ir pôr uns vidros ao vidro. Assim considera que, os Ecopontos têm de estar mais acessíveis para que as pessoas possam contribuir e separar. De seguida, considerou que seria mais eficaz se as pessoas tivessem um

dia certo para a recolha seletiva, existindo dias para a recolha de papel, dias para a recolha dos plásticos, nas próprias habitações, nos prédios ou nas moradias, o que seria mais eficaz. Relativamente às aparas dos jardins, considera que o sistema escolhido pela INOVA não é prático, porque as pessoas têm de telefonar para combinar as recolhas. -----

----- Falou também o Sr. Pedro Macedo, o qual após cumprimentar todos os presentes, informou considerar que todo o processo que está a ser despoletado com a operação de aquisição visa, mais tarde, o controlo das águas de Cantanhede pelas Águas de Portugal por ser uma aspiração muito antiga. De seguida saudou o Executivo camarário por manter a decisão enquanto puder, porque o Município não está para ser defraudado dos bons serviços prestados pela INOVA.-----

----- Finalmente interveio o Sr. Dr. Luis Pato, reconhecendo que a Câmara Municipal de Cantanhede tem feito um esforço em incentivar a reciclagem, mas achando que continua a existir um problema cultural e que é fundamental existir maior incentivo e maior informação da pertinência destas realidades. Considerou ainda que, não interessa colocar mais ecopontos sem explicar às pessoas qual é a importância da reciclagem.-----

----- Colocado à votação o ponto único, foi deliberado pela Assembleia, por unanimidade, votar contra a “Opção de venda da participação do Município de Cantanhede no Capital Social da ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, SA, no âmbito do Processo de Privatização da EGF”.-----

----- Por fim, por parte da Bancada do PSD foi apresentada uma proposta para que o assunto apreciado nesta sessão fosse aprovado em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Finalmente, sendo 22h15.0 o Senhor Presidente da Assembleia deu a presente sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

----- O Presidente:

----- O Primeiro Secretário:

----- A Segunda Secretária: